O Congresso da Paz de Vestfália (1643-1648): convocação, negociações, resultados

The Peace Congress of Westphalia (1643-1648): Convocation, negotiations, results

Peter Johann Mainka¹

peter.mainka@uni-wuerzburg.de

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4921-4221>

Resumo: Os tratados da Paz de Vestfália (1648) representam uma marca notável e divisória na história moderna europeia e universal. Os resultados, obtidos nesse primeiro congresso de paz de dimensão europeia, transformaram, consideravelmente, o mapa político, religioso e territorial da Europa, com repercussões globais. Um conjunto de conflitos em níveis variados, surgidos a partir do início dos Tempos Modernos e que resultaram na Guerra dos Trinta Anos, aguardava uma solução em Münster e Osnabrück. Na pauta do Congresso de Paz na Vestfália encontraram-se, consequentemente, questões constitucionais quanto ao Império Romano-Germânico, questões religiosas e questões territoriais. Com base em fontes primárias e numa vasta literatura atual de apoio, este artigo apresenta o longo e tortuoso caminho até a convocação do Congresso de Paz, as condições gerais das reuniões, os principais diplomatas e seus posicionamentos, os assuntos mais importantes, o decurso geral das negociações e, finalmente, os resultados que influenciaram, notavelmente, as épocas seguintes.

Palavras-chave: história moderna, relações internacionais, Paz de Vestfália.

Abstract: The treaties signed at the Peace Congress of Westphalia (1648) represent a turning point in modern European and world history. The results obtained at this first peace congress of European dimension transformed considerably the political, religious and territorial map of Europe and had a global impact. A myriad of conflicts on different levels, which had arisen since the beginning of Early Modern Times and led to the Thirty Years' War, had to be solved in Münster and Osnabrück. Consequently, at the Peace Congress of Westphalia, constitutional issues regarding the Holy Roman Empire, religious and territorial issues were on the agenda. Based on primary sources and supported by a vast body of recent literature, this paper presents the long way towards the convocation of the Peace Congress, the general conditions of the meetings, the principal diplomates, the most important issues, the general course of negotiations and finally the results which highly impacted the following times.

Keywords: Early Modern History, international relations, Peace of Westphalia.

¹ Professor visitante no Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Bairro Trindade. 88040-900 Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Professor na Julius-Maximilians Universität Würzburg (JMUW), Institut für Geschichte, Am Hubland s/n, 97074 Würzburg, Bayern, Alemanha.

Introdução

Os tratados da Paz de Vestfália, assinados no dia 24 de outubro de 1648, em Münster e Osnabrück, puseram fim às lutas acirradas de 30 anos, que haviam abalado quase toda a Europa, e foram comemorados, exuberantemente, pelos contemporâneos. A alegria e o júbilo foram, comprovam panfletos daquela época, indescritíveis.

A Guerra dos Trinta Anos (Schmidt, 2018; Wilson, 2017; Gotthard, 2016; Brandão, 2012; Carneiro, 2006; Burkhardt, 1992; Parker, 1984) e uma série de outros conflitos concomitantes haviam abalado a Europa moderna, contribuindo, decisivamente, para a assim chamada *crise do século XVII* (Parker e Smith, 1997). Podemos distinguir, em retrospectiva, sobretudo quatro áreas de conflito: (1) o antagonismo na Constituição do Império Romano-Germânico entre o imperador católico e as corporações imperiais² – uma parte considerável delas protestante – e a sua concorrência pelo exercício do poder (Herbers e Neuhaus, 2010); (2) o antagonismo entre o catolicismo e o protestantismo a partir das Reformas Protestantes (Rublack, 2017); (3) a confrontação entre a França católica e os representantes da Casa de Habsburgo (Wilson, 2017, p. 73-106), em suas linhas austríaca e espanhola, também católicas, e a luta pela hegemonia na Europa (Kampmann, 2008; Mainka, 2003); e, finalmente, (4) o conflito entre a Coroa Espanhola e as sete Províncias Unidas rebeldes dos Países Baixos, que lutaram não exclusivamente por razões religiosas, mas sim pela sua independência (Echevarria Bacigalupe, 2008; Schilling, 2007). Essas questões de embate, entrelaçadas entre si e sem perspectiva de uma solução militar nos campos de batalha, requereram compromissos políticos, que foram negociados no Congresso da Paz de Vestfália (Bussmann e Schilling, 1998; Dickmann, 1998; Duchhardt, 1998).

Com base em fontes primárias e na literatura de apoio, este artigo focaliza o Congresso da Paz de Vestfália e as negociações realizadas nas cidades de Münster e Osnabrück – a partir das primeiras tentativas de iniciá-las até os resultados finalmente obtidos.

O trajeto longo para a paz

“Quase a partir do momento, quando soldados suecos pisaram no solo alemão”, avalia o historiador Fritz Dickmann, que dedicou a sua obra clássica, intitulada *Paz Vestfálica*, de 1959, às negociações de paz em Münster e Osnabrück, “houve tratativas sobre a paz, os antecedentes da Paz Vestfálica remontam, portanto, ao ano de 1630” (Dickmann, 1998, p. 59). Porém, todas essas iniciativas, tomadas por vários participantes da guerra, não surtiram resultados, por serem parciais e unilaterais demais. Com a entrada da França na guerra, em 1635, a questão da paz tornou-se ainda mais difícil (Gotthard, 2016, p. 310-315).

Para evitar serem separadas pelo imperador, as Coroas da França e da Suécia combinaram no Acordo de Hamburgo (6 de março de 1638), renovado em 1641, negociar somente juntas um tratado de paz; no segundo acordo, as cidades de Münster e Osnabrück³ são mencionadas nomeadamente, pela primeira vez, como locais possíveis das negociações (Westphal, 2015, p. 33) – proposta aceita, em princípio, pelo imperador e pelas corporações imperiais na Dieta Imperial de Regensburg⁴ (1640-1641) (Reese, 1988, p. 72-74). No Tratado Preliminar de Paz de Hamburgo (25 de dezembro de 1641), o início das negociações foi marcado para março de 1642, uma data que se mostrou ilusória. Também a questão sobre quem deveria ser convidado para o congresso ficou indecisa, pelo menos as ideias dos poderes implicados variaram muito (Gotthard, 2016, p. 315-320). Enquanto a França e a Suécia insistiram em convidar os seus aliados entre as corporações para o congresso, o imperador reivindicou para si o direito exclusivo de representar o império em questões da política externa. Nessa altura, verificou-se uma mudança política grave no Império Romano-Germânico. No espírito da *liberdade germânica* (*teutsche libertät*), a oposição das corporações imperiais ao imperador e às suas ambições absolutistas cresceu enormemente. As corporações imperiais foram compostas pelos príncipes-eleitores, príncipes eclesiásticos e seculares e pelas cidades imperiais, que se reuniram nas três cúrias das dietas imperiais, e pretenderam como (quase) soberanos nos seus territórios

² As corporações imperiais são aquelas autoridades territoriais que haviam recebido o seu território como feudo imperial e eram representadas na Dieta Imperial (Assembleia). O conjunto das corporações imperiais representou, ao lado do imperador, o Império Romano-Germânico e participou no poder e no governo do império por meio de deliberações e votações nas Dietas Imperiais. Podemos distinguir três categorias diferentes de corporações: (1) os príncipes-eleitores; (2) os príncipes eclesiásticos e seculares e (3) as cidades. Conforme essas três categorias, as corporações imperiais reuniram-se nas Dietas Imperiais em três cúrias diferentes.

³ Desde o início, pensava-se em realizar o congresso de paz em duas cidades distintas, para garantir negociações paralelas, mas em locais geograficamente diferentes, um reservado para os diplomatas das potências católicas, outro para os das potências protestantes, para evitar conflitos cotidianos por questões religiosas entre os representantes dos dois lados. Uma certa proximidade entre os dois locais deveria facilitar, por outro lado, a comunicação entre os diplomatas dos dois locais e garantir a união do congresso (Gotthard, 2016, p. 314).

⁴ Nas Dietas Imperiais, convocadas pelo imperador, reuniram-se as corporações imperiais, separadas em três cúrias, cujo peso político diminuiu de cima para baixo: (1) a cúria dos príncipes-eleitores, (2) a dos príncipes eclesiásticos e seculares e (3) a das cidades imperiais com menor influência. O imperador colocou uma proposta, mas não participou nas deliberações. Cada uma das primeiras duas cúrias chegou a um voto. Caso esses votos coincidissem, o resultado era enviado à cúria das cidades; caso os votos dos príncipes-eleitores e dos príncipes divergissem, o arcebispo de Mogúncia como arquitecancer do Império Romano-Germânico resolvia as diferenças e determinava, se fosse necessário, novas deliberações. Chegando a um voto unânime das três cúrias, esse parecer imperial (*consultum imperii*) era apresentado ao imperador e se tornava, com a sua assinatura, uma lei ou resolução do império (*conclusum imperii*).

participar no governo do Império. Essa concorrência pelo poder entre imperador e corporações caracterizou, a partir do fim da Idade Média, a Constituição do Império Romano-Germânico (Whaley, 2012/2013).

Um grande número destas corporações se afastou do imperador, mostrando-se dispostas até a colaborar com a França e a Suécia, exigindo em troca uma participação direta no Congresso de Paz (Reese, 1988, p. 21-28) – entre eles, os dois príncipes eleitores influentes de Brandemburgo, Frederico Guilherme (1620-1688) e da Baviera, o católico Maximiliano I (1573-1651).

A chegada dos primeiros enviados às duas cidades atrasou. Em julho de 1643, data prevista para o início, somente alguns diplomatas do imperador haviam chegado. Discussões sobre o cerimonial e o protocolo retardaram ainda mais o início das negociações. O plano do imperador de representar, sozinho e exclusivamente, o Império no Congresso provocou cada vez mais o protesto das corporações imperiais. Finalmente, de fato, todas elas foram convocadas para as negociações de paz – contra a vontade declarada do imperador, que aceitou o convite somente após duas derrotas militares rigorosas⁵ em 1645 (Reese, 1988, p. 21-29). Com a admissão das corporações imperiais, “[...] talvez a decisão mais importante de todo o congresso” (Dickmann, 1998, p. 108) fosse tomada antes do próprio início dele. Com uma participação ativa, as corporações tornaram-se sujeitos autônomos do Direito Internacional. Em novembro de 1645, chegaram os últimos delegados do imperador e, em janeiro de 1646, os enviados da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos.⁶ Desde julho de 1643, passados mais de dois anos e meio, foram estabelecidos somente as condições gerais e os pressupostos das futuras negociações de paz.

As condições gerais externas das negociações de paz

O Congresso da Paz de Vestfália era o primeiro grande congresso de paz na história europeia e um dos maiores, mais complicados e mais longos da história. Tratava-se de um congresso de enviados de quase toda a Europa, faltando somente o Império Otomano, a Rússia e a Inglaterra (Westphal, 2015, p. 44-49). Reuniram-se, ao todo, 194 representações diplomáticas nas duas cidades desmilitarizadas e neutralizadas, representando 16 Estados europeus, 140 corporações imperiais e mais 38 outras en-

tidades imperiais, como a cidade de Basileia (Reese, 1988, p. 72-73). Nem sempre todos os representantes estiveram simultaneamente presentes: houve idas e voltas, o que nos dificulta a indicação de números exatos.

O tamanho das delegações variava muito, dependendo dos recursos financeiros disponíveis também para os fins representativos necessários e da intenção de exercer influência sobre as negociações (Lahrkamp, 1998, p. 242-246). As delegações das grandes potências europeias foram numerosas, como as da França, com 420 pessoas, da Suécia com 155, da Espanha com 147, e do imperador com 108 pessoas. Em comparação, as corporações imperiais enviaram delegações muito menores (de uma a 27 pessoas) ou confiaram os seus interesses a uma outra legação. Correspondendo ao tamanho das delegações, as despesas de cada uma variavam muito. O historiador Franz Bosbach (1984, p. 15) calculou que todas as representações enviadas a Münster e Osnabrück custaram por volta de 3,3 milhões de florins imperiais; os governos das potências europeias, por exemplo, gastaram ao todo por volta de 2,1 milhões de florins imperiais.

Não houve nenhum modelo precedente para este Congresso de Paz; pelo contrário, em Münster e Osnabrück foram desenvolvidas, na prática, as primeiras regulamentações de procedimento e de relações diplomáticas entre Estados. Na formação do sistema dos Estados e do Direito Internacional, destacaram-se, sobretudo, as questões do cerimonial e da hierarquia (May, 2016). Houve demoras e atrasos enormes nas negociações em Münster e Osnabrück, pois não foram reunidos os monarcas, príncipes ou chefes dos Estados, nem ministros autorizados a tomar decisões, mas sim enviados, regra geral, sem plenos poderes. Eles possuíam, claramente, instruções oficiais, além de outras secundárias e/ou secretas, pelas quais foram informados sobre os objetivos políticos das suas cortes e os procedimentos projetados nas negociações iminentes. Nos casos de ofertas inesperadas ou imprevistas, existiam também *autorizações eventuais* ou limitações de concessões, que colocaram limites claramente definidos (Reese, 1988, p. 35-37). Devido a essas competências limitadas, os diplomatas dependeram em tudo dos seus governos, que, por sua vez, estiveram, dentro dos seus blocos políticos, em contato recíproco entre os aliados, a fim de combinar e assemelhar as suas posições. Essa comunicação complexa se realizou numa época em que não havia uma rede densa e completa de correios (expressos), de mensageiros ou de meios de comunicação. Os caminhos e as estradas eram precários e perigosos, sobretudo quando

⁵ Na batalha de Jankau, perto de Praga na Boêmia, travada no dia 6 de março de 1645, as tropas imperiais sofreram uma derrota pelo exército sueco; 9 mil soldados do imperador foram mortos ou presos; na batalha de Alerheim, localizado no sul da Alemanha, no dia 3 de agosto de 1645, entre tropas francesas e imperiais com os seus respectivos aliados, houve grandes baixas nos dois lados, mas foram os franceses que saíram vitoriosos (Wilson, 2017, p. 799-816).

⁶ O Ducado da Borgonha chegou, em 1477, por meio de um casamento, à Casa dos Habsburgos. Após a abdicação de Carlos V, as 17 províncias do Ducado passaram às mãos do seu filho Felipe II e foram ligadas com a Coroa Espanhola. No decorrer da Guerra dos 80 Anos, sete províncias rebelaram-se contra o domínio espanhol, agruparam-se, em 1579, na União de Utrecht e declararam, em 1581, a sua separação. Foram as seguintes províncias: Frísia, Groninga, Gueldres, Holanda, Overissel, Utreque e Zelândia.

perpassavam pelas áreas de guerra. A comunicação entre a região da Vestfália e as metrópoles como Paris ou Viena demorava, em regra, 12 dias; com Estocolmo, sede do Conselho Imperial da Suécia, 20 dias, e com Madri, entre 23 e 30 dias (Lahrkamp, 1998, p. 242-244).

A separação do Congresso em duas cidades dificultou ainda mais as negociações (Kampmann, 2008, p. 155-158). Em Münster, local também das negociações entre a Coroa Espanhola e os diplomatas da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, reuniram-se os enviados do imperador, das corporações imperiais católicas e a delegação da França; em Osnabrück, os enviados do imperador, das corporações imperiais protestantes e a delegação da Suécia. Negociou-se, paralelamente, nas duas cidades: em Münster, de modo escrito e oral, destacaram-se as matérias internacionais; em Osnabrück, sobretudo de modo oral, as questões constitucionais do Império Romano-Germânico e os assuntos religiosos. Essa separação do Congresso complicou todo o processo de negociação; apesar das duas localidades, tratava-se, porém, de um Congresso só (Gotthard, 2016, p. 315-317). Os resultados obtidos nas duas cidades sempre tiveram que ser sincronizados, de forma trabalhosa – no sentido de uma união do Congresso, que, de fato, nunca se reuniu como um todo. A sincronização foi ainda mais complicada pelo fato de que as negociações de paz foram combinadas com o regulamento e funcionamento das Dietas Imperiais (Mainka, 2019; Herbers e Neuhaus, 2010, p. 195-214). Esse sistema moroso, previsto na Constituição do Império, prolongou ainda mais as negociações. Em geral, os enviados do imperador reuniram-se diretamente com os diplomatas franceses e suecos – não raramente em detrimento das corporações, que, por sua vez, dependeram das suas potências protetoras europeias.

O fato de que as negociações de paz foram realizadas enquanto a guerra transcorria resultou em outros atrasos (Kampmann, 2008, p. 152-170). Cada etapa das negociações dependeu dos acontecimentos nos campos de batalha. No inverno, quando as tropas haviam se retirado às suas guarnições, as negociações avançaram, normalmente, bem. A partir da primavera, quando começou uma nova temporada da guerra, a situação mudou, e as negociações se estagnaram com frequência. Negociou-se no inverno, esquivou-se no verão. Sucessos militares diminuíram a disposição do lado vitorioso em fazer concessões, enquanto derrotas tiveram o efeito contrário.

Matérias de negociação e interesses políticos

Os problemas que precisaram ser resolvidos no Congresso de Paz foram múltiplos e variados, corres-

pondendo a diferentes conflitos, relacionados entre si. O Congresso de Vestfália era, ao mesmo tempo, congresso constitucional do Império Romano-Germânico, congresso religioso e congresso europeu de paz.

Um dos objetivos mais importantes da França, foi – em plena conformidade com as ideias do cardeal Richelieu (1585-1642) para a paz (Reese, 1988, p. 115-119) – estabelecer uma ordem pacífica universal na Europa por meio de um sistema geral de garantias mútuas (Tischer, 1999; Sonnino, 1998). Essa ideia implicava, pormenorizadamente: (1) a inclusão maior possível de todos os conflitos europeus em andamento naquele momento; (2) a quebra da união da Casa dos Habsburgos e, com isso, do cerco geoestratégico da França pelos Habsburgos no sul e no leste através de um sistema europeu de alianças dirigido pela França e direcionado contra os Habsburgos; e (3) a garantia da liberdade ampla das corporações imperiais em relação a um imperador enfraquecido.

A Suécia, autodeclarada salvadora do protestantismo europeu, defendeu (Lundkvist, 1998): (1) uma compensação financeira e/ou territorial adequada das suas despesas de guerra, a assim chamada “satisfação sueca”, sobretudo para acalmar os interesses autônomos do exército; (2) a consolidação e o alargamento do seu poder no norte do Império Romano-Germânico e da Europa; e (3) a garantia e a proteção do protestantismo no Império pelo estabelecimento de um certo equilíbrio religioso-confessional e por uma limitação do poder do imperador. As duas Coroas compartilharam o mesmo objetivo: fortalecer as corporações e enfraquecer o poder do imperador habsburgo – objetivos compartilhados também pelas corporações imperiais.

O imperador Ferdinando III (1608-1657) e os seus diplomatas estiveram na defensiva em quase todas as matérias a ser negociadas (Kampmann, 2008, p. 158-162). Apesar desse ponto de partida difícil, ele esforçou-se, com toda a autoconfiança, nas negociações, para: (1) manter válidas as determinações do Tratado de Paz de Praga, assinado em 1635 e favorável a ele, pelo menos como base das negociações iminentes; (2) defender a sua posição predominante na Constituição do Império; (3) defender a supremacia da religião católica no Império; e (4) conservar a posse de todos os territórios hereditários da Áustria (Auer, 1998).

Diplomatas e negociações

Como mediadores no Congresso atuaram os enviados do papa Inocêncio X (1576-1655) e da República da Veneza: Fabio Chigi (1599-1667 e eleito papa em 1655, com o nome Alexandre VII) e Alvise Contarini (1597-1653), um diplomata experiente, que participou

nas negociações em Osnabrück. Enquanto Chigi não teve a permissão papal de entrar em negociações diretas com os diplomatas protestantes, o que limitou estreitamente suas possibilidades, Contarini pôde agir sem quaisquer limitações religiosas. A representação de Veneza interessava, principalmente, um acordo rápido de paz, porque o Império Otomano havia iniciado, em 1645, uma guerra contra a República marítima de Veneza (1645-1669) pela posse da ilha de Creta (Schilling, 2007, p. 201-215). Os dois mediadores foram considerados imparciais, neutros e, ao contrário da maioria dos enviados, incorruptos. Uma cláusula de antiprotesto, incluída nos tratados de Münster e Osnabrück (IPM, 1648, §§ 112-118; IPO, 1648, art. XVII, § 3), rejeitou, antecipadamente, o protesto previsível do papa contra os acordos, comprovando o grau de secularização alcançado já em meados do século XVII (Schilling, 1998, p. 27-32).

No topo de cada delegação diplomática, esteve, via de regra, uma dupla: um nobre, que assumiu as obrigações representativas, e um jurista burguês letrado, responsável pelas próprias negociações e pela correspondência com a corte. À frente da delegação francesa (Tischer, 1999) estiveram Henri II de Bourbon-Orleans, duque de Longueville etc. (1595-1663), o diplomata mais alto na hierarquia social em Münster, e Claude de Mesmes, conde d'Avaux (1595-1650), que defendeu, obviamente, uma política de compromissos. Os dois diplomatas não tiveram plena confiança do governo francês, isto é, pelo Cardeal Jules (Giulio) Mazarin (1602-1661), sucessor do cardeal Richelieu como primeiro-ministro e chefe do governo, e foram demitidos dos seus cargos em 1648, antes do fim das negociações. O representante de confiança do cardeal Mazarin foi Abel Servien, conde de la Roche des Aubiers (1595-1659), diplomata experiente da escola do cardeal Richelieu, que defendeu intransigentemente os interesses da França sem restrições (Lahrkamp, 1998, p. 243 e 278-282).

A delegação sueca foi chefiada por Johan Oxenstierna (1611-1657), o filho do chanceler Axel Oxenstierna (1583-1654). Enquanto eles defenderam uma linha dura na política externa, a rainha Cristina (1626-1689) preocupou-se, de fato, com a paz e lhe interessava, também, um rápido acordo de paz. A sua pessoa de confiança foi o diplomata Johan Adler Salvius (1590-1652), que informou, pelas costas do chefe da delegação, a monarca sueca sobre as negociações em Osnabrück e conseguiu, com o apoio dela, defender posições mais moderadas (Lahrkamp, 1998, p. 244 e 284-286).

O enviado mais importante do imperador foi o conde Maximilian von Trauttmansdorff (1584-1650), um diplomata experiente que se tornou, logo após a sua chegada a Münster, no fim de novembro de 1645, a figura-chave do congresso na procura de soluções e

compromissos (Kampmann, 2008, p. 158-167). O conde de Trauttmansdorff, um aristocrata convertido para a fé católica e disposto a fazer concessões, sobretudo em questões da religião, possuía a confiança ilimitada de Ferdinando III e havia sido autorizado a tomar decisões autônomas, o que favoreceu sua posição em comparação com a de outros diplomatas. Em plena conformidade com Ferdinando III, ele favoreceu, primeiro, um acordo interno com as corporações, a fim de enfrentar juntos, num segundo passo, as exigências das potências externas – uma concepção, porém, que não chegou a ser realizada (Wilson, 2017, p. 817-837).

O conde de Trauttmansdorff realizou, na primavera de 1646, uma reviravolta diplomática fundamental e tentou chegar a um compromisso com a França, distanciando-a dos aliados suecos e das corporações imperiais protestantes. A ideia foi convencer a França, a potência católica mais poderosa naquele momento, de uma política conjunta a favor dos interesses católicos na Europa. Para conseguir isso, ele se dispôs a fazer enormes concessões territoriais à Coroa Francesa, em detrimento dos parentes na Espanha e dos seus interesses de segurança (Wilson, 2017, p. 824-830). Com base nesse conceito, as negociações avançaram, resultando num tratado preliminar entre a França e o imperador, assinado em 13 de setembro de 1646 (Repgen, 1998). Como se esperava, ocorreram fortes protestos dos diplomatas espanhóis contra esse acordo e, em seguida, uma deterioração considerável das relações entre as linhas espanhola e austríaca da Casa de Habsburgo (López-Cordón Cortezo, 1998, p. 267-270).

Em seguida, o conde de Trauttmansdorff conseguiu – com apoio do enviado francês d'Avaux – também um tratado preliminar com a Suécia, assinado em 18 de fevereiro de 1647. O reinado sueco recebeu o território valioso da Pomerânia Ocidental, que incluiu a desembocadura do Rio Oder, garantindo ao proprietário uma posição influente no Mar Báltico e rendas lucrativas. Pela sua importância estratégica, a Pomerânia Ocidental havia sido também foco de Frederico Guilherme de Brandemburgo (1620-1688), um protestante, opositor do imperador e um dos primeiros aliados da Suécia (1641), que precisava, conseqüentemente, ser indenizado de forma adequada.

O enviado principal da Espanha em Münster foi Gaspar de Bracamonte y Guzmán, conde de Peñaranda (1595-1676), mais tarde vice-rei de Nápoles (1659-1664). Devido ao esmorecimento das relações políticas com o imperador, ele esforçou-se para aliviar a forte pressão militar sobre a Espanha, privada do apoio incondicional pelos Habsburgos austríacos, enquanto as lutas entre a Espanha e a França continuaram, e negociações de paz entre as duas Coroas em Münster haviam fracassado (Rohrschneider, 2006). Por isso, ele procurou um acordo

rápido com a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, aliadas durante a Guerra dos Trinta Anos com a França. Por meio de concessões vastas, a Espanha conseguiu, apesar da forte oposição francesa, um tratado especial com a República dos Países Baixos, assinado no dia 30 de janeiro de 1648 (*Tractatus pacis*, 1648).

Entre os representantes das corporações católicas, houve posições diferentes sobre como defender os interesses católicos contra o grupo protestante, que estava melhor organizado e contava com apoio maior de fora. A França defendeu uma política pró-católica e, ao mesmo tempo, a favor dos interesses políticos das corporações imperiais, independentemente da sua religião, o que enfraqueceu a solidariedade religiosa entre as corporações católicas e o imperador. Um resultado óbvio disso foi a assinatura do Armistício de Ulm, em 4 de março de 1647, entre as Coroas da França e da Suécia, o Condado protestante de Hessen-Kassel e os príncipes eleitores católicos da Baviera e de Colônia, os dois irmãos Maximiliano e Ferdinando da dinastia dos Wittelsbacher, que foram os aliados mais fiéis do imperador habsburgo (Gotthard, 2016, p. 310-313).

Na última fase das negociações, após a assinatura dos tratados preliminares com a França e a Suécia, ainda faltaram acordos nas questões das religiões e das satisfações suecas.⁷ Quando o conde de Trauttmansdorff fracassou com um projeto (*Trauttmansdorffianum*), em 13 de junho de 1647 e partiu, no mês seguinte, do Congresso, de modo desiludido, agravou a posição do imperador, mesmo que a rainha Cristina da Suécia houvesse instruído, em 10 de abril de 1647, os seus diplomatas a viabilizar, tão rápido quanto possível, um acordo de paz. A reaproximação, por razões pragmáticas, do príncipe eleitor Maximiliano da Baviera ao imperador, em setembro de 1647, abriu caminho a uma solução.

No início do ano de 1648, representantes das corporações católicas e protestantes haviam se unido para insistir, com base nas ideias do conde de Trauttmansdorff (*Trauttmansdorffianum*), numa solução rápida e pragmática da questão religiosa. Participaram desse “terceiro partido”, que se tornou cada vez mais influente, entre outros, os príncipes eleitores de Mogúncia, Tréveris e Baviera e os duques de Saxônia (Westphal, 2015, p. 88-91). O grupo de “fundamentalistas” católicos, mais isolado (Kampmann, 2008, p. 162-164), que rejeitou as concessões aos protestantes, acordadas no dia 23 de março de 1648, foi se tornando mais insignificante. Além dessa controvérsia, também a questão das reparações, exigidas pela Suécia para satisfazer as suas tropas, pôs em risco todos os resultados alcançados até esse momento. Em negociações separadas

entre os diplomatas da Suécia e representantes das corporações imperiais, a quantia das satisfações foi definida, finalmente, no dia 13 de junho de 1648, em 5 milhões de florins imperiais (Westphal, 2015, p. 92-94).

Os tratados de paz: conteúdos e determinações

O primeiro resultado concreto, obtido pelas negociações complexas, foi o Tratado Especial de Paz entre a Espanha e a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, assinado no dia 30 de janeiro de 1648 (*Tractatus Pacis*, 1648), nove meses antes do fim do Congresso de Vestfália. O acordo entre a Espanha e os Países Baixos (Wilson, 2017, p. 837-847) faz parte, *lato sensu*, da Paz Vestfálica. A Espanha, desde 1635, no estado de guerra com a França, estava naquele momento numa crise política profunda e geral (Wilson, 2017, p. 750-764), que não podemos detalhar neste artigo. Pelo Tratado Especial de Paz, a Espanha reconheceu, *de jure*, a independência da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, cuja ligação ainda existente com o Império foi cortada, garantindo a ela a plena soberania internacional. Pelo objetivo principal de acabar a guerra com os Países Baixos e desvinculá-los do seu aliado militar francês, a Espanha foi disposta a conceder direitos políticos e econômicos amplos e garantias de segurança à nova República (Schilling, 2007, p. 573ss.; Israel, 1982). A partir daí, a Coroa Espanhola pôde se concentrar no seu conflito com a França; porém, perdeu logo todo o apoio do imperador e do Império Romano-Germânico. Somente no fim das negociações em Münster e Osnabrück, em setembro de 1648, o imperador aceitou, pela insistência forte de um grupo, composto por representantes das corporações católicas e protestantes – isto é, o assim chamado terceiro partido –, a reivindicação de manter neutralidade na guerra entre França e Espanha, e de prescindir de qualquer apoio militar à Espanha (IPM, 1648, § 3; Schilling, 2007, p. 582-584).

Em 15 de maio de 1648, o acordo de paz foi confirmado, solenemente, pelos enviados dos dois Estados, na sala da Câmara Municipal de Münster, chamada, a partir daí, *sala de paz*. O tratado foi comemorado, publicamente, em Münster, no dia 5 de junho de 1648, por toques de sinos e tiros de saudações pelos canhões, e interpretado, no geral, como sinal positivo para as negociações ainda em andamento (Lahrkamp, 1998, p. 253-355).

Os resultados obtidos nas negociações em Osnabrück foram acordados no dia 6 de agosto de 1648 por

⁷ O termo *satisfações* significa reparações financeiras que a Coroa Sueca reivindicou para satisfazer o seu exército, considerado um dos melhores do seu tempo. A diplomacia sueca não estava disposta a fazer concessões nessa questão fundamental, que ficou na pauta até os últimos dias das negociações.

aperto de mãos, ainda com questões não resolvidas. Sob pressão do terceiro partido – além do católico e do protestante – e contra a vontade declarada dos representantes imperiais, que se apressaram em partir para Münster, as negociações continuaram em Osnabrück entre as delegações da França, da Suécia e das corporações imperiais, lideradas pelo terceiro partido. Os diplomatas sincronizaram os resultados provisórios de Münster e Osnabrück e apresentaram uma proposta final sobre as questões restantes: as reivindicações territoriais da França e a interdição de qualquer apoio à Espanha pelo imperador. Essa proposta foi selada no dia 15 de setembro de 1648 em Osnabrück (sem assinatura) e apresentada aos diplomatas imperiais em Münster, que tinham que aceitar o documento, como fez também o imperador Ferdinando III – apesar de todas as suas críticas e reservas. Os dois tratados de Münster e Osnabrück foram assinados, no dia 24 de outubro de 1648, na cidade de Münster, sucessivamente nos respectivos alojamentos das delegações, pelos representantes da França, da Suécia, do Imperador e de 17 corporações imperiais. Com a troca dos documentos ratificados pelos seus governos, no dia 18 de fevereiro de 1649 em Münster, os dois tratados de Münster (IPM, 1648) e Osnabrück (IPO, 1648), que influenciaram notavelmente a futura história do Império Romano-Germânico e toda a Europa, obtiveram a sua plena validade jurídica (Westphal, 2015, p. 92-97). Em resumo, podemos destacar três aspectos, elencados a seguir.

A Paz Vestfálica como lei fundamental do Império Romano-Germânico

O fundamento da Paz Vestfálica, chamada também Paz Teutônica (*Teutscher Frieden*), trouxe a ideia de uma paz universal, geral, ilimitada quanto ao tempo, eterna (IPO, 1648, art. I). Com a assinatura dos tratados, todos os crimes cometidos durante a guerra foram perdoados, a questão da culpa foi excluída completamente (IPO, 1648, art. II). Em princípio, todas as condições jurídicas e de posse em vigor em 1618, antes da eclosão da guerra, foram restituídas (IPO, 1648, art. III; Marquardt, 2007, p. 124-126). As exceções foram tratadas no artigo IV do Tratado de Osnabrück (IPO, 1648). O Ducado da Baviera, por exemplo, dominado por representantes da dinastia dos Wittelsbacher, permaneceu na posse do território da Oberpfalz (Palatinado Superior), uma região localizada,

atualmente, na Baviera, na fronteira com a República Tcheca. Os Wittelsbacher da Baviera permaneceram também na posse da dignidade do Principado Eleitoral (IPO, 1648, art. IV, §§ 3 e 14), tirada dos príncipes do Palatinado, que pertenceram a uma outra linha da mesma dinastia dos Wittelsbacher e haviam possuído antes o Palatinado Superior. Os príncipes do Palatinado foram indenizados pela criação de um novo Principado Eleitoral (IPO, 1648, art. IV, § 5). A partir de 1648 houve, portanto, oito príncipes-eleitores no Império Romano-Germânico.

Outras determinações em relação à Constituição Imperial foram: (1) o reconhecimento de uma quase-soberania, ou seja, do *ius territorii et superioritatis*, das corporações imperiais, o que garantiu a elas, sobretudo às maiores, os pressupostos de se desenvolver como Estados (pré-)modernos⁸ consolidados e institucionalmente fortalecidos; relacionado a isso, (2) o direito das corporações imperiais de se armar e montar tropas (*ius armorum*); (3) o direito delas de fazer alianças com outros Estados soberanos (*ius foederis*), se estas não forem direcionadas contra o imperador e o Império (IPO, 1648, art. VIII, § 2); (4) ao voto da cúria das Cidades Imperiais, considerado até este momento um voto adicional, sem o mesmo valor dos votos das outras cúrias dos príncipes-eleitores e dos príncipes, foi atribuído, juridicamente, o peso igual (*totum decisivum*) (IPO, 1648, art. VIII, § 4), o que, porém, na realidade prática nunca foi reconhecido plenamente; e (5) o imperador dependeu, a partir de 1648, quanto a todas as matérias e decisões importantes na política interna e externa, do consentimento das corporações imperiais, fortalecendo a posição política delas na Constituição do Império Romano-Germânico (Gotthard, 2006, p. 86-107; Burkhardt, 1992, p. 90-127).

A Constituição do Império Romano-Germânico foi caracterizada, a partir do início dos Tempos Modernos, por um dualismo inacabado entre uma opção monárquica e uma opção corporativa – um dualismo que foi decidido pela Paz Vestfálica a favor da liberdade (*Libertät*) das corporações imperiais. A Paz Vestfálica tornou-se a lei fundamental (IPO, 1648, art. XVII, § 2) mais importante do Império, válida – apesar de algumas modificações – até o fim do Antigo Regime. A partir daí, o centro da gravidade política mudou do imperador – da “cabeça” monárquico-imperial – para os membros do Império, as corporações, nomeadamente para os príncipes territoriais maiores, mais poderosos, armados e quase-soberanos. Essa tendência havia se manifestado já a partir das reformas constitucionais, tomadas em 1495 na Dieta Imperial de

⁸ Diferentemente do Estado medieval, que exerceu poder sobre pessoas ou grupos de pessoas, e diferentemente do Estado Moderno acabado, como foi definido no século XIX, o termo “Estado (pré-)Moderno” designa, especificamente, o Estado Moderno em formação, no período entre a Idade Média tardia e o fim dos Tempos Modernos, ou seja, na *Early Modern History*, em inglês, na *Frühe Neuzeit*, em alemão ou na *Histoire moderne*, em francês. O Estado (pré-)Moderno está em pleno processo de formação (ver Considerações finais).

Worms (Mainka, 2019) e que foi sancionada e confirmada em 1648, quase 150 anos depois (Herbers e Neuhaus, 2010, p. 227-244; Whaley, 2012, v. 1, p. 619-632).

A Paz Vestfália como documento-chave para a convivência das religiões

Em relação às religiões confessionais no Império Romano-Germânico (Bastos Junior, 2017, p. 363-367; Gotthard, 2006, p. 86-107), foram tomadas as seguintes decisões: (1) Quanto à propriedade da igreja e às condições religiosas gerais, foi fixada a data de 1º de janeiro de 1624 como ano normal (*Normaljahr*) (IPO, 1648, art. V, § 2), isto é, o estado quanto à propriedade de terras e à distribuição das religiões confessionais, encontrado nesta data, deveria ser reconstituído, em princípio, porém com duas exceções notáveis: a) no Bispado de Osnabrück, local de uma parte do Congresso de Vestfália, deveriam ser eleitos, no futuro, de forma alternante, um bispo católico e um bispo evangélico (IPO, 1648, art. XIII, § 2); b) os territórios hereditários austríacos e o Palatinado Superior foram completamente recatolizados, mesmo que houvesse nessas regiões, no ano normal, grandes parcelas de protestantes (IPO, 1648, art. IV, § 3, e V, § 15). (2) As corporações imperiais calvinistas ou, como foram chamados no Império, reformadas (*Reformierte*), até 1648 não reconhecidas e consideradas fora da lei, receberam os mesmos direitos que as corporações imperiais luteranas e católicas, consequentemente, também a situação jurídica dos súditos calvinistas foi adequada à dos luteranos e católicos (IPO, 1648, art. VII). (3) O princípio *cuius regio, eius religio*, estabelecido em 1555 na Paz Religiosa de Augsburg, foi mantido, a princípio (IPO, 1648, art. V, § 1), mas com algumas alterações significativas. O direito dos príncipes territoriais de determinar a religião dos seus súditos e, eventualmente, mudá-la (*ius reformandi*), foi limitado, notavelmente. O direito restringiu-se a mudar o status jurídico claramente definido das religiões que existiam (ou não) no dia 1º de janeiro de 1624 num território: (a) a religião oficial como direito de exercício público (*exercitium religionis publicum*); (b) a religião como direito de exercício privado (*exercitium religionis privatum*) e (c) a religião como direito a devoção doméstica (*devotio domestica*) (Wilson, 2017, p. 869). A decisão de uma corporação imperial de mudar a sua religião pessoal não significou, no futuro, que os seus súditos tivessem que também converter-se, forçosamente, à sua religião (IPO, 1648, art. V, §§ 15 e 43). (4) O direito dos súditos, cuja religião divergiu da religião oficial, fixada pela sua respetiva corporação imperial, de emigrar do país, foi ampliado e melhorado (*ius emigrandi*) (IPO, 1648, art. V,

§§ 36 e 37). (5) Não deveria ter mais, no futuro, decisões sobre questões religiosas tomadas por maioria nas Dietas Imperiais ou nas outras instituições do Império. Nessas matérias, as corporações deveriam se separar num *corpus evangelicorum* e num *corpus catholicorum*, ou seja, deliberar essas questões e decidi-las, separadas pela religião (*itio in partes*) e depois tentar chegar a uma solução unânime e amigável (*compositio amicabilis*) (IPO, 1648, art. V, § 52). (6) Os cargos do Tribunal da Câmara Imperial (*Reichskammergericht*) deveriam ser ocupados, de forma igual, por católicos e protestantes (luteranos e calvinistas) (IPO, 1648, art. V, §§ 53-57).

Os conflitos religiosos, que determinaram a política no Império desde o início das Reformas Protestantes, foram atenuados politicamente, sobrepostos por questões jurídicas e cada vez mais secularizados. Acima das religiões confessionais inconciliáveis, que pretenderam, cada uma delas, a verdade absoluta para si mesmas, a ordem de paz de 1648, embasada numa neutralidade religiosa, possibilitou, como paz política, a convivência pacífica dos diferentes grupos religiosos no Império, independentemente da continuidade de desavenças teológicas. Os processos de embate confessional e de confessionalização promoveram, de modo dialético, o processo de secularização.

A Paz Vestfália como base do *ius publicum Europaeum* e do Direito Internacional

As determinações dos tratados da Paz Vestfália se referem também a questões e mudanças territoriais (Wilson, 2017, p. 860-872; Kampmann, 2008, p. 171-179), das quais se destacam as seguintes: (1) A Suécia recebeu a Pomerânia Ocidental (Vorpommern) com a cidade de Stettin, atualmente Szczecin/Polónia, a desembocadura lucrativa do Rio Oder, as ilhas de Usedom, Wollin e Rügen como a cidade de Wismar, localizadas no Mar Báltico, hoje, no estado alemão de Mecklenburg-Vorpommern (IPO, 1648, art. X, § 2). Além desse complexo valioso, a Coroa Sueca recebeu reparações financeiras no valor de 5 milhões de florins imperiais, e os Principados eclesiásticos de Bremen e Verden, secularizados no decorrer da Reforma Protestante, tornando-se, com isso, uma corporação imperial (IPO, 1648, art. X, §§ 7-12). (2) O *margrave* e príncipe-eleitor de Brandemburgo, Frederico Guilherme, que possuiu direitos hereditários à posse da Pomerânia Ocidental, foi indenizado mais que suficientemente pelos Principados Eclesiásticos secularizados de Halberstadt e Kammin, pela Pomerânia Oriental (Hinterpommern) e pela expectativa de assumir o domínio no Principado Eclesiástico secularizado de *Magdeburg*, quando o seu

administrador, o príncipe Augusto de Saxônia-Weißenfels (1614-1680, administrador a partir de 1628/1638) faleceria (IPO, 1648, art. XI), o que aconteceu, em 1680. (3) A França obteve os territórios na Alsácia e na região chamada Sundgau, localizados na margem esquerda do Rio Reno, que haviam pertencido aos Habsburgos. Além disso, a França recebeu as fortificações de Breisach e Philippsburg como de Pinerolo, cidade que deveria assegurar a influência francesa sobre a Itália do Norte, e os Bispados de Metz, Toul e Verdun, localizados na Lorena (IPM, 1648, §§ 69-93) – aquisições, que serviram, mais tarde, como pontos de partida para uma futura expansão territorial em direção ao Império Romano-Germânico; e (4) A cidade de Basileia e a Confederação Helvética receberam a plena independência do Império, tornando-se sujeitos soberanos do Direito Internacional (IPO, 1648, art. VI).

Da Guerra dos Trinta Anos e dos demais conflitos, ocorridos na Europa naquele período, saiu a França, a longo prazo, como poder vencedor, fortalecido também pelos tratados de paz de 1648. A França registrou aquisições territoriais de extensão relativamente pequena, porém de grande importância estratégica. Devido a formulações equívocas, conscientemente ambíguas e até contraditórias, as novas aquisições ofereceram à França a possibilidade de realizar uma política decididamente expansionista na sua fronteira oriental (1678-1681), na Alsácia e na Lorena, onde a cidade imperial de Estrasburgo foi tomada, em 1681, por tropas francesas. Tratava-se da política das reunificações.

A França conseguiu também abalar a união estreita da Casa de Habsburgo, que ameaçava o território francês por dois lados: ao sul pela Espanha e a leste pelos Habsburgos austríacos. Apesar dos tratados de paz de 1648, a guerra entre França e Espanha, privada do apoio pelos parentes austríacos, continuou, até que a Coroa Francesa conseguiu sair vitoriosa no Tratado de Paz dos Pirineus de 1659 (Bély, 2015). Por volta de meados do século XVII, a supremacia político-militar na Europa passou, definitivamente, da Espanha para a França, representada pelo novo rei Luís XIV.

A Suécia, aliada da França, conseguiu consolidar-se – após os seus sucessos militares contra o seu rival, a Dinamarca, na Guerra dos Trinta Anos (Tratado de Paz de Brömsebro de 1645) e outras vitórias nos anos de 1657 e 1658 (Tratado de Paz de Roskilde de 1658) – como poder regional no norte da Europa e no Mar Báltico. Entretanto, sempre dependeu do apoio financeiro e diplomático da França. No centro da Europa, isto é, no Império Romano-Germânico, foi instaurado um pacto mútuo de garantias, a fim de conservar o *status quo* e possibilitar o seu controle. Comprovante disso foi o fato de que as Coroas Francesa e Sueca – a última enquanto dono dos Principados Eclesiásticos secularizados de Bremen e Verden, também como

novo membro do Império Romano-Germânico – atuaram como fiadores da Paz Vestfálica, que deveriam garantir, no futuro, a paz obtida nas negociações e o sistema de poder estabelecido.

Pelo entrelaçamento de questões constitucionais do Império Romano-Germânico, religiosos-confessionais e jurídicas do Direito Internacional, a Paz Vestfálica representa um marco histórico de importância extraordinária para toda a comunidade dos Estados europeus, que recebeu dois novos membros, independentes e soberanos em grande medida: as Repúblicas dos Países Baixos e da Confederação Helvética. As determinações da Paz Vestfálica foram confirmadas nos grandes tratados de paz dos tempos seguintes até o início da era napoleônica. O conjunto dos tratados de 1648 transformou-se numa base sólida de uma ordem institucional e entrelaçada, ou seja, de um sistema político dos Estados europeus (Schilling, 2007, p. 565-601).

Considerações finais

Os tratados da paz assinados em Münster e Osnabrück deixaram marcas fortes na história e na historiografia. A Paz de Vestfália passou, ao longo do tempo, por várias fases (May, 2016, p. 25-31): considerada até 1806, quando o Sacro Império Romano-Germânico acabou, uma lei fundamental no conjunto dos documentos constitucionais do império; criticada, fortemente, no século XIX e na primeira metade do século XX, e responsabilizada pela fraqueza do Império Alemão, pela entrega dos interesses alemães aos inimigos, sobretudo à França, e pelo atraso político quanto à formação do Estado nacional alemão; reavaliada após a Segunda Guerra Mundial e o regime nazista criminoso, pelo qual o conceito do Estado nacional era desvalorizado; reapreciada – junto com todo o Império Romano-Germânico –, comemorada e elogiada, exaltadamente, às vezes até demais, como instalação de uma ordem política de paz e compromisso na Europa; e, a partir do fim do século XX, exposta a um olhar historiográfico mais preciso e metódico, que verifica, nas avaliações anteriores, pormenores errados ou falsos, interpretações não equilibradas ou exageradas (Marquardt, 2007).

Nossas considerações finais partem de dois fundamentos das ciências históricas: (1) A história é um processo contínuo, ou seja, cada nova fase ou etapa na história está conectada às anteriores e/ou posteriores. A Paz de Vestfália não virou a página e abriu um capítulo completamente novo e absolutamente desconhecido, mas sim reforçou desenvolvimentos e tendências em andamento. (2) Os fenômenos históricos precisam ser avaliados segundo os critérios da sua época e não segundo conceitos de uma época alheia e distinta. As características

do Estado moderno, desenvolvidas no início do século XX por Georg Jellinek (1851-1911) (Jellinek, 1966) e Max Weber (1864-1920) (Weber, 1999, vol. 2, cap. IX), não podem ser aplicadas aos Estados pré-modernos. A época moderna como verdadeiro laboratório continuava tendências da Idade Média e preparava os tempos contemporâneos: o Estado medieval, que exerceu seu poder sobre pessoas, ainda não acabou, e o Estado moderno e institucionalizado, com fronteiras claramente definidas, esteve em pleno processo de formação. Neste sentido, o historiador alemão Johannes Burkhart interpretou a Guerra dos Trinta Anos como guerra de formação de Estados contra tendências universalistas, seja tradicionais do Sacro Império Romano-Germânico, seja novas, defendidas pela França ou pela Suécia (goticismos) (Burkhart, 2018; Burkhart, 1992).

Quanto à lei fundamental do Sacro Império Romano-Germânico

A questão sobre quem exerceu o poder no Império Romano-Germânico foi disputada a partir da Idade Média tardia e das várias iniciativas de reforma no século XV (Mainka, 2019). Muitos imperadores da dinastia dos Habsburgos tentaram aumentar o seu poder, enfraquecendo e marginalizando as corporações imperiais, que, por sua vez, defenderam os seus direitos, fixados, entre outros, nas capitulações eleitorais de 1519 (Herbers e Neuhaus, 2010, p. 203). Essa concorrência política, relacionada com questões religiosas, acabou sendo decidida, em 1648, no sentido de um compromisso (Marquardt, 2007, p. 111), que já havia existido, na verdade, desde 1495: os direitos das corporações imperiais, que, por sua vez, tornaram-se os núcleos de futuros Estados, foram fortalecidos, enquanto os direitos do imperador, cujo poder se baseou, de fato, nos seus próprios territórios (os cinco arquiducados hereditários da Áustria e os reinos da Hungria e da Boêmia), foram restringidos. A soberania no Império Romano-Germânico ficou dividida (Mainka, 2019), com as suas consequências no futuro.

Uma soberania das corporações imperiais nos seus territórios nunca existiu e também não foi estabelecida pelos tratados de 1648, pois as corporações sempre ficaram sob o teto do Império Romano-Germânico, apesar dos direitos concedidos em 1648: *ius foederis*, *ius armorum* e *ius territorii e superioritatis*. De toda forma, as corporações sempre estiveram submissas ao Império Romano-Germânico e às regras das tradições feudais, que permaneceram um instrumento forte nas mãos do imperador (Marquardt, 2007, p. 109-114). Por outro lado, os privilégios conce-

ditos às corporações imperiais abriram a elas caminhos para o palco europeu.

O conflito constitucional entre príncipes e monarcas, por um lado, e as elites poderosas, por outro, reunidas em dietas imperiais ou territoriais, em cortes ou estados gerais ou, como no caso da Inglaterra, num parlamento, foi muito frequente e comum na formação do Estado pré-moderno, como mostra o exemplo do reino da Boêmia, onde a Guerra dos Trinta Anos se iniciou. As corporações boêmias – além de diferenças religiosas – insistiram no seu direito de eleger o futuro monarca e não quiseram aceitar a transformação da monarquia eleitoral numa monarquia hereditária (Wilson, 2017, p. 344-399). No início do conflito, elas, reclamando a representação do Estado para si, até fizeram alianças e acordos com as corporações vizinhas de Morávia e Silésia. É óbvio que, no decorrer da época moderna e, ainda mais, a partir de 1648, o poder estava se concentrando no elemento monárquico; por outro lado, a influência das corporações sobre a administração, a burocracia ou o exército persistiu, muitas vezes (Henshall, 1992).

Quanto à questão religiosa e à convivência das religiões

A religião católica possuiu na Europa quase um monopólio durante a Idade Média. Com as Reformas Protestantes, quebrou-se a união da cristandade ocidental e iniciou-se, nas igrejas nascentes, um processo de autodefinição doutrinal, de consolidação institucional – em parceria estreita com os Estados pré-modernos – e de demarcação nítida em relação às outras igrejas em formação – processo que afetou também a antiga Igreja Católica. Esse processo de confessionalização (Rodrigues, 2017; Reinhard, 1999) resultou numa consolidação dos Estados pré-modernos e numa série de conflitos religiosos, inclusive da Guerra dos Trinta Anos. O potencial conflituoso da religião e das suas implicações sociais, culturais e políticas não acabou com a Paz de Vestfália. Também depois houve conflitos religiosos na região do Império Romano-Germânico, ao qual se referem as determinações religiosas de 1648, mas os tratados de 1648 estabeleceram novos fundamentos para o futuro e disponibilizaram mecanismos e instrumentos de atenuar ou evitar os embates religiosos.

O direito dos soberanos territoriais de determinar a religião no seu território, estabelecido na Paz Religiosa de Augsburgo, de 1555, foi limitado. Além da religião oficial, houve mais dois níveis de exercício religioso, o que permitiu aos súditos adeptos de uma outra religião exercer, sob certas condições, a sua religião dentro do seu território

– um passo enorme em direção a uma convivência pacífica das religiões – em oposição à interpretação de Marquardt (2007, p. 121-123).

A Paz de Vestfália significou mais uma etapa no caminho longo de secularização. Estado e Direito tornaram-se cada vez mais autoridades neutras quanto às religiões. Interesses seculares tornaram-se, gradualmente, mais importantes do que a religião que havia dominado na época medieval. Isso se manifesta, de modo exemplar, na cláusula de antiprotesto (IPO, 1648, art. XVII), que rejeitava, de antemão, todos os protestos possíveis contra os tratados, inclusive aquele previsto do papado. O reconhecimento do imperador, ao lado do papa (o segundo poder universal), já havia sofrido transformações a partir dos reinados de Frederico III (1415-1493, imperador a partir de 1452) e Maximiliano I (1459-1519, imperador a partir de 1508), e pelo projeto de uma monarquia universal, defendido por Carlos V. Embora o imperador, aproveitando-se da longa história e tradição do cargo, tenha ficado no topo da hierarquia cerimonial da Europa, o seu ofício havia perdido as qualidades religiosas e metafísicas, igualando-se aos *cômpanes* que defenderam, quase que exclusivamente, interesses seculares.

Quanto ao *ius publicum Europaeum* e ao Direito Internacional

O Congresso da Paz de Vestfália teve uma verdadeira dimensão europeia, tornando-se o primeiro congresso com essas características e estabelecendo na prática padrões para o futuro. A ideia de resolver, de forma multilateral, problemas políticos, religiosos e territoriais, que ultrapassaram os mecanismos tradicionais, na maioria, bilaterais, foi inovadora e entrou no instrumentário da diplomacia moderna até os dias de hoje.

Mesmo que a França tenha conseguido, nos tratados de 1648, quebrar a união da Casa de Habsburgo e suceder, o mais tardar a partir da Paz dos Pireneus (1659), a Coroa Espanhola como novo poder hegemônico na Europa (Bély, 2015; Lynch, 1994), o antagonismo com os Habsburgos persistiu. Este conflito era originalmente entre a França e a Borgonha, mas se estendeu à Casa de Áustria pelo casamento, em 1477, de Maximiliano I com Maria, duquesa da Borgonha (1457-1482). Esta havia sucedido ao seu pai Felipe (1433-1477, duque a partir de 1467), morto na batalha de Nancy no dia 5 de janeiro de 1477 contra a França. As contendas duraram, de certa forma, até os primórdios da unificação da Europa, após a Segunda Guerra Mundial (Mainka, 2003) – de forma mais efervescente nos tempos da Guerra da Sucessão Espanhola

(1701-1713/14) e interrompidas somente por uma fase de aliança na segunda metade do século XVIII, iniciada pela *Renversement des alliances* (reviravolta das alianças), em 1755/56 (Schilling, 1994).

Enquanto a historiografia tradicional destaca como um dos resultados mais importantes de 1648 a soberania jurídica, adquirida pelas Sete Províncias Unidas dos Países Baixos e pela Confederação Helvética, a historiografia mais recente (Marquardt, 2007, p. 106-108) acentua “que nem a Suíça, nem os Países Baixos haviam se tornado por meio dos tratados de Münster e Osnabrück soberanos, no sentido do Direito Internacional” (May, 2016, p. 28-30). A Confederação Helvética havia se afastado muito – já em 1499, com a sua vitória na Guerra da Suábia – do Império Romano-Germânico, e a Paz de Vestfália (IPO, 1648, art. VI; IPM, 1648, § 61) significou um outro passo decisivo a caminho da plena independência, apesar de algumas tentativas posteriores pelo Império Romano-Germânico de anular esse processo (Stadler, 1998). As Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, não mencionadas, nominalmente, nos dois tratados de Münster e Osnabrück, haviam acordado, em janeiro de 1648, um tratado próprio de paz internacional com a Coroa Espanhola. Esse fato demonstra, de forma óbvia, que elas haviam quebrado o seu vínculo com a Espanha, saindo da obediência e tornando-se sujeitos ativos e poderosos do campo do Direito Internacional.

As sete províncias pertenceram, originalmente, ao Círculo Imperial de Borgonha, que havia adquirido pelo Acordo de Borgonha (1548) alguns privilégios de autonomia, mas ficaram sob o teto do Império Romano-Germânico (Wilson, 2017, p. 156-199). Os vínculos feudais com o Império tornaram-se cada vez mais soltos, mesmo que persistindo, de certa forma, alguns laços após 1648 (May, 2016, p. 29, nota 77).

Com a emancipação da Confederação Helvética e dos Países Baixos do Império Romano-Germânico, o número dos Estados europeus cresceu. As condições gerais para a sociedade ou a família dos Estados europeus foram determinadas pelos tratados de paz de 1648. A partir daí, a monarquia francesa em ascensão e uma monarquia universal bourbônica iminente ameaçaram a ordem pós-guerra de 1648, provocando a resistência dos Estados da Europa. Surgiu, nessa época, o novo conceito de *balances of powers*, ou seja, de equilíbrio dos poderes (Marquardt, 2007, p. 118-121). Esse novo conceito embasou-se, em geral, no princípio de igualdade de direitos de todos os Estados, acentuado no Congresso de Paz em Münster e Osnabrück, e tornou-se a base de todo o Direito Internacional moderno. Na realidade política, porém, o conceito teórico da igualdade dos Estados chegou aos seus limites. Poder político e militar, recursos financeiros e influência

diplomática diferenciados resultaram numa hierarquia dos Estados, dos quais alguns se tornaram mais iguais do que outros. Sob essas condições da política real, a Inglaterra transformou-se, a longo prazo, na guardiã do equilíbrio, que definiu as regras do jogo e chegou, no século XVIII, a partir dos tratados de paz de Rastatt, Utrecht e Baden (1712-1714), a substituir a França como poder hegemônico na Europa.

Essa relativização do critério da igualdade contrária, de certa forma, a teoria de um assim chamado “Westphalian System” (Bastos Junior, 2017; Marquardt, 2007), baseado nos princípios de soberania, igualdade, legalidade e territorialidade (Westphal, 2015, p. 113-115) e defendido nas ciências políticas. Nem sempre, evidentemente, as ciências históricas e as ciências políticas andam de mãos dadas.

Referências

- AUER, L. 1998. Die Ziele der kaiserlichen Politik bei den Westfälischen Friedensverhandlungen und ihre Umsetzung. In: H. DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 143-173. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- BASTOS JUNIOR, L.M.P. 2017. Rever ou romper com Vestfália: por uma releitura da efetiva contribuição dos acordos de paz de 1648 à construção do modelo vestfaliano de Estado. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, **14**(1):357-376.
- BÉLY, L. 2015. *La Paix des Pyrénées (1659) ou le triomphe de la raison politique*. Paris, Classiques Garnier, 571 p.
- BOSBACH, F. 1984. *Die Kosten des Westfälischen Friedenskongresses: Eine strukturgeschichtliche Untersuchung*. Münster, Aschendorff, 285 p.
- BRANDÃO, A.J. de S. 2012. A Guerra dos Trinta Anos: imagens de um período em transição. *Revista Acadêmica*, **4**(6-8). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309619698_A_GUERRA_DOS_TRINTA_ANOS_IMAGENS_DE_UM_PERIODO_DE_TRANSICAO. Acesso em: 06/12/2019.
- BURKHARDT, J. 2018. *Der Krieg der Kriege: Eine neue Geschichte des Dreißigjährigen Krieges*. Stuttgart, Klett-Cotta, 295 p.
- BURKHARDT, J. 1992. *Der Dreißigjährige Krieg*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 308 p. (Neue historische Bibliothek).
- BUSSMANN, K.; SCHILLING, H. (org.). 1998. *1648: Krieg und Frieden in Europa*. Münster; München, Bruckmann, 3 vols. (Catálogo para a 26ª exposição do Europarat, realizada em Münster e Osnabrück de 24/10/1998 a 17/01/1999). Disponível em: https://www.lwl.org/westfaelische-geschichte/portal/Internet/finde/langDatensatz.php?urlID=872&curl_tabelle=tab_literatur. Acesso em: 16/11/2019.
- CARNEIRO, H. 2006. Guerra dos Trinta Anos. In: D. MAGNOLI (org.), *História das Guerras*. 3ª ed. São Paulo, Contexto, p. 163-187. Disponível em: https://www.academia.edu/974786/Guerra_dos_Trinta_Anos. Acesso em: 21/11/2019.
- DICKMANN, F. 1998. *Der Westfälische Friede*. 7ª ed., Münster, Aschendorff. (1ª ed. 1959), 635 p.
- DUCHHARDT, H. (org.). 1998. *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, 888 p. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- ECHEVARRIA BACIGALUPE, M.A. (org.). 2008. *Geschichte des Aufstandes und der Kriege in den Niederlanden. Historia de la rebelión y guerra de Flandres*. Wien, Verlag für Geschichte und Politik; München, R. Oldenbourg Verlag, 352 p. (Studien für Geschichte der iberischen und iberoamerikanischen Länder, vol. 11).
- GOTTHARD, A. 2006. *Das Alte Reich 1495-1806*. 3ª ed. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft (1ª ed. 2003), 180 p. (Geschichte kompakt).
- GOTTHARD, A. 2016. *Der Dreißigjährige Krieg: Eine Einführung*. Köln, Böhlau, 390 p.
- HENSHALL, N. 1992. *The Myth of Absolutism: Change and Continuity in Early Modern European Monarchy*. London, Longman, 245 p.
- HERBERS, K.; NEUHAUS, H. 2010. *Das Heilige Römische Reich: Ein Überblick*, Köln et al., 370 p.
- INSTRUMENTUM PACIS MONASTERIENSIS (IPM). Münsterscher Friedensvertrag. 1648. Disponível em: https://www.lwl.org/westfaelische-geschichte/portal/Internet/finde/langDatensatz.php?urlID=741&curl_tabelle=tab_quelle. Acesso em: 16/11/2019.
- INSTRUMENTUM PACIS OSNABRUGENSIS (IPO). Osnabrücker Friedensvertrag. 1648. Disponível em: https://www.lwl.org/westfaelische-geschichte/portal/Internet/finde/langDatensatz.php?urlID=740&curl_tabelle=tab_quelle. Acesso em: 16/11/2019.
- ISRAEL, J.I. 1982. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*. Oxford, Clarendon, 478 p.
- JELLINEK, G. 1966. *Allgemeine Staatslehre*. 5ª reimp. da 3ª ed. de 1906. Bad Homburg; Gehlen, 837 p.
- KAMPMANN, C. 2008. *Europa und das Reich im Dreißigjährigen Krieg: Geschichte eines europäischen Konflikts*. Stuttgart, W.Kohlhammer, 226 p.
- LAHRKAMP, H. 1998. *Dreißigjähriger Krieg: Westfälischer Frieden: Eine Darstellung der Jahre 1618-1648 mit 326 Bildern und Dokumenten*. 2ª ed. Münster, Aschendorff, 328 p.
- LÓPEZ-CORDÓN CORTEZO, M.V. 1998. La Paix occulte: propagande, information et politique autour des négociations de Westphalie. In: H. DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 253-271. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- LUNDKVIST, S. 1998. Die schwedischen Friedenskonzeptionen und ihre Umsetzung in Osnabrück. In: H. DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 349-359. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- LYNCH, J. 1994. *The Hispanic World in Crises and Change 1598-1700*. Oxford, Blackwell, 448 p.
- MAINKA, P.J. 2019. O Sacro Império Romano-Germânico – um irregular aliud corpus et monstro simile? *Diálogos*, Maringá, **23**(2):162-184. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/issue/view/1629/showToc>. Acesso em: 19/11/2019.
- MAINKA, P.J. 2003. A luta europeia entre as dinastias dos Habsburgos e dos Valois pela Borgonha e Itália (1477-1559). *História: Questões & Debates*, Curitiba, **38**(1):185-224.
- MARQUARDT, B. 2007. El mito del sistema de Westfalia: una re-evaluación de la cesura de 1648 en la historia del derecho internacional público. *Pienseamiento Jurídico*, Bogota, **20**:103-133.
- MAY, N.F. 2016. *Zwischen fürstlicher Repräsentation und adliger Statuspolitik: Das Kongresszeremoniell bei den westfälischen Friedensverhandlungen*. Ostfildern, Thorbecke, 284 p. (Beihefte der Francia, vol. 82).
- PARKER, G.; SMITH, L.M. (org.). 1997. *The General Crisis of the Seventeenth Century*. 2ª ed., London, Routledge & Kegan Paul. (1ª ed. 1978), 320 p.

- PARKER, G. 1984. *The Thirty Years' War*, London, Routledge & Kegan Paul, 340 p.
- REESE, A. (org.). 1988. *Pax sit Christiana: Die westfälischen Friedensverhandlungen als europäisches Ereignis*. Düsseldorf, Schwann, 192 p. (Historisches Seminar, vol. 9).
- REINHARD, W. 1999. Pressures towards Confessionalization? Prolegomena to a Theory of the Confessional Age. In: C.S. DIXON (ed.), *The German Reformation: Blackwell Essential Readings*. Oxford, Blackwell, p. 169-192.
- REPGEN, K. 1998. Die kaiserlich-französischen Satisfaktionsartikel vom 13. September 1646. In: H. DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 175-216. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- RODRIGUES, R.L. 2017. Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do Ocidente na primeira modernidade (1530-1650). *Revista Tempo*, Niterói, 23(1):1-21.
- ROHRSCHEIDER, M. 2006. *Der gescheiterte Frieden von Münster: Spaniens Ringen mit Frankreich auf dem Westfälischen Friedenskongress (1643-1649)*. Münster, Aschendorff, 562 p.
- RUBLACK, U. (org.). 2017. *The Oxford Handbook of the Protestant Reformation*. Oxford, University Press, 848 p.
- SCHILLING, H. 1998. Der Westfälische Friede und das neuzeitliche Profil Europas. In: H. DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 3-32. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- SCHILLING, H. 2007. *Konfessionalisierung und Staatsinteressen 1559-1660*. Paderborn, Ferdinand Schöningh, 672 p. (Handbuch der Geschichte der Internationalen Beziehungen, vol. 2).
- SCHILLING, L. 1994. *Kaunitz und das Renversement des alliances: Studien zur außenpolitischen Konzeption Wenzel Anton von Kaunitz*. Berlin, Duncker & Humblot, 419 p.
- SCHMIDT, G. 2018. *Die Reiter der Apokalypse: Geschichte des Dreißigjährigen Krieges*, München, C. H. Beck, 810 p.
- SONNINO, P. 1998. Prelude to the fronde: The Frenche Delegation at the Peace of Westphalia. In: H. DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 217-233. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- STADLER, Peter. 1998. Der Westfälische Frieden und die Eidgenossenschaft. In: Heinz DUCHHARDT (org.), *Der Westfälische Friede*. München, R. Oldenbourg, p. 369-391. (Historische Zeitschrift. Beihefte, vol. 26).
- TISCHER, A. 1999. *Französische Diplomatie und Diplomaten auf dem Westfälischen Friedenskongress: Außenpolitik unter Richelieu und Mazarini*. Münster, Aschendorff, 493 p.
- TRACTATUS PACIS [...] inter Philippum Regem Hispaniarum [...] et [...] Ordines Generales Foederatarum Belgii Provinciarum. 30 jan. 1648. Disponível em: <https://www.lwl.org/westfaelische-geschichte/que/normal/que2603.pdf>. Acesso em: 16/11/2019.
- WEBER, M. 1999. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, UnB, vol. 1, 424 p.; vol. 2, 580 p.
- WESTPHAL, S. 2015. *Der Westfälische Frieden*. München, Verlag C. H. Beck, 127 p.
- WHALEY, J. 2012/2013. *Germany and the Holy Roman Empire*. Oxford, University Press, 2 vols., 752 p. e 784 p.
- WILSON, P. 2017. *Der Dreißigjährige Krieg: Eine europäische Tragödie*. Darmstadt, Theiss/Wissenschaftliche Buchgesellschaft (original em inglês, 2009), 1.143 p.

Submetido em: 13/02/2020

Aprovado em: 04/06/2020